

-----ATA NÚMERO 38/2016-----

REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM VINTE SETE DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, nas instalações do Clube Desportivo de São Roque, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presente ainda, o Senhor Rui Anacleto Mendes Alves, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira, do PSD.-----

---Além dos acima referenciados, estiveram também presentes os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e Paulo Pereira e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João

Beja, Sandra Silva e Mabely Moreira.-----

---Estiveram igualmente presentes, no início desta reunião e antecedendo o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, Pedro José Jardim Gomes, o Tesoureiro, Fernando Rogério de Freitas Nóbrega e os 1º e 2º vogais, Marcelo Nuno Gonçalves de Gouveia e Robert Miguel Andrade Castro.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, agradecendo ao Executivo da Junta de Freguesia de São Roque a oportunidade da realização da reunião camarária nesta Freguesia e no âmbito da iniciativa “Presidências Abertas”, com visitas planeadas a todas as juntas de freguesias do Concelho, a fim de se inteirarem dos problemas, preocupações e necessidades da população. Agradeceu também ao Clube Desportivo São Roque pelo acolhimento desta reunião nas suas instalações.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

---Dando início à sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque começou por agradecer a realização desta reunião naquela freguesia, referindo ser uma honra receber o Senhor Presidente e Vereação executiva bem como a não executiva que vão ouvir os anseios da população e da Junta.-----

---Continuando disse que em reunião anterior, já fora entregue um

documento com as necessidades mais prementes para a população, entre as quais destacou os alargamentos da Vereda da Cova e do Beco do Calhau, existindo o compromisso por parte da autarquia em as realizar pelo que questionou se estas obras estariam contempladas no Orçamento do próximo ano, ou eventualmente através de um contrato-programa com o Governo Regional, obras estas de extrema importância para a freguesia, pois são dos poucos sítios ainda sem acesso automóvel.-----

---Prosseguindo referiu-se, igualmente, à entrada número vinte e dois do Caminho Novo do Galeão, pois apesar de a Junta já ter procedido à reparação do beco, os moradores reivindicam o seu alargamento. A este propósito, disse esperar que seja incluída no Orçamento e caso não haja possibilidade, uma tentativa de outras soluções alternativas, como a pavimentação e melhores condições de acessibilidade.-----

---De seguida, e relativamente à Entrada do Olival, disse que aquando da construção dos edifícios existentes e de acordo com os alinhamentos previstos, havia condições para o seu alargamento.--

---O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, prosseguindo, enumerou ainda, as seguintes obras necessárias efetuar: “Ligação do Caminho da Fundoa de Cima, até ao Caminho da Fundoa e Viveiros, alternativa ao trânsito na freguesia e que os moradores reivindicam; melhoramento e repavimentação de alguns pavimentos, exemplificando com, o Caminho do Lombo Jamboeiro e Impasse 2, que já estão previstos no orçamento, Travessa do

Ribeiro Canavial, Caminho da Cova a norte da Igreja Velha, Caminho da Igreja Velha, Segunda Travessa da Alegria, Caminho de Santana; melhoramento dos miradouros, como o existente junto à Igreja, miradouro da Travessa da Terça e a requalificação da zona do Lombo Jamboeiro com a criação de um pequeno miradouro”.-----

---Continuando, referiu também a existência do problema habitacional na freguesia com a existência de muitos pedidos de ajuda, sugerindo a este propósito, a requalificação dos pavilhões, com amianto, existentes junto à Escola Básica do Galeão, a fim de serem reconvertidos em habitação social colmatando assim algumas das necessidades naquela área. “No geral, as habitações existentes estão em fase de degradação e nas zonas altas da freguesia muitas são de génese ilegal e para além da ajuda na reabilitação das mesmas importa que se apoie na sua legalização, sendo que, por vezes, muitas famílias solicitam apoio financeiro para os projetos de especialidade, que a Junta não consegue satisfazer”, salientou.-----

----Seguidamente, mencionou também algumas preocupações do ponto de vista económico e turístico, dizendo haver poucos pontos de interesse, referindo: “Existem zonas que poderiam ser potenciadas, como o Caminho Real, que liga a zona da Alegria ao Poço da Neve, percurso este com interesse histórico, assim como a zona da Esperança para a qual está sendo preparado um projeto de reabilitação arqueológico da Capela e onde se situa a mancha de Laurissilva mais próxima do Funchal tendo sido das poucas zonas

que não foi atingida com os incêndios de agosto devido ao perímetro de segurança implementado, zona esta com grande potencial e que gostaríamos de ver melhorada, estando a ser preparada uma candidatura a fundos comunitários para um centro de história e arqueologia que permitirá mais circulação de turistas nesta freguesia e mais crescimento económico”.-----

---Em relação ao saneamento básico, alertou para a necessidade da reparação da canalização do esgoto no Caminho da Igreja Nova, bem como para a falta de saneamento no Beco da Bugiaria e parte do Caminho da Fundoa, entre o “Encontro” e a Rotunda da Fundoa, sugerindo, a este propósito a realização desta obra enquanto a estrada se encontra encerrada.-----

---Prosseguindo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, informou ainda que: “A Junta deu o seu contributo, aquando da elaboração do PDM, no que concerne à Proteção Civil e, antes dos incêndios deste verão, ao nível da proteção florestal no sentido de existir equipamentos de combate aos incêndios, quer urbanos quer florestais nas zonas limítrofes habitacionais, assim como a criação de zonas tampão e, devido ao facto de existirem vários poços de rega nesta zona, seria conveniente efetuar uma ligação destes às bocas-de-incêndio e igualmente a introdução de um “kit” para uma primeira intervenção das populações. Relativamente aos incêndios, refiro que quarenta e cinco casas ficaram parcialmente destruídas e vinte e quatro totalmente. Das parcialmente destruídas, cerca de trinta já se encontram em obras

ou concluídas, através dos apoios concedidos. Ao nível das que foram totalmente destruídas, existe falta de informação, mas alguns proprietários e inquilinos estão a receber declarações em como os prédios se encontram em zonas de risco e que não têm condições de habitabilidade, questionando a Junta sobre quais as soluções para as quais não temos informação. A este nível refiro também a situação de algumas escarpas, tendo tido conhecimento pelo Senhor Vereador Domingos Rodrigues, que na próxima semana será efetuada deslocação à zona das escarpas que apresentam maiores riscos, embora já houvesse intervenção numa escarpa no Lombo Jamboeiro”.-----

---Por último, e no que concerne à atividade desportiva, disse ter conhecimento que o Clube Desportivo São Roque solicitara a reparação da vedação do campo, entretanto já executada pela Autarquia, bem como a reparação do piso e do campo junto à Escola. No que concerne ao Campo da Penteada, usado pelos clubes e pela população da Freguesia, alertou para a falta de balneários, água potável e iluminação.-----

---O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta dizendo que, na sua maioria, já tinha conhecimento das necessidades apontadas, mas o objetivo seria o de dar conhecimento aos restantes Vereadores de forma a se poderem pronunciar.-----

---Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, por sua vez, agradeceu em primeiro lugar, o

acolhimento da reunião camarária na Freguesia de São Roque, no âmbito das “Presidências Abertas”, e, relativamente a algumas obras a efetuar, lembrou que foram propostas ao Governo Regional, um total de nove, a realizar através de contratos-programa, onde estariam englobadas as de alargamento da Vereda da Cova e do Beco do Calhau, obras de fácil execução. No que respeita à Entrada vinte dois, do Caminho do Galeão, esclareceu que a mesma não fora objeto de candidatura tendo sido assumida como uma obra a executar pela Câmara, estando prevista no Orçamento. Relativamente à Vereda da Cova, referiu ser uma obra de maior complexidade atendendo a que está situada na periferia de uma ribeira não canalizada, situação esta informada, há mais de um ano, à Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, assim como da necessidade da canalização de outros doze ribeiros no Concelho, que não foram contemplados pela Lei de Meios. Referiu, no entanto, existir uma linha de financiamento para a canalização de ribeiros, através de verbas do POSEUR, o que significa que se a canalização estiver feita, a obra de construção da estrada seria menos dispendiosa.-----
---Continuando, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu: “Relativamente às obras do Caminho da Fundoa, Entrada do Olival e os miradouros, não estariam previstas o que não quer dizer que não possam vir a ser enquadradas no Orçamento do próximo ano. Foram também executadas algumas intervenções, no que se refere a pavimentações e ao nível do

saneamento básico, como por exemplo, na Vereda do Ribeirinho, Escadas do Galeão, Caminho do Ribeiro entre outras, assim como o apoio em materiais sempre que nos é solicitado, salientando que o relacionamento com esta Junta tem sido pautado por uma grande cooperação. Relativamente ao Caminho Real até ao Poço da Neve, será apoiado pela Autarquia e, neste âmbito, existe uma candidatura, efetuada ao PRODORAM, destinada à recuperação de caminhos no Parque Ecológico, embora este não seja dentro da área do Parque, terá a mesma filosofia dos candidatados, havendo elegibilidade para uma próxima candidatura. Outra questão mencionada e que poderá ser enquadrada numa nova linha de financiamento, aberta pelo Governo da República para infraestruturas de apoio ao combate aos incêndios, é a pavimentação do Caminho de ligação entre o Montado da Esperança ao Galeão, como aliás foi feito, anteriormente, na ligação da Barreira ao Areeiro. No que diz respeito ao saneamento básico, existem investimentos aguardados, não estando previsto o da Estrada Comandante Camacho de Freitas mas será analisado esta possibilidade. Quanto aos equipamentos desportivos, informo que as obras dos campos da escola estão a efetuar-se. Relativamente ao piso, procura-se um que seja adequado aos desportos ali praticados e no que se refere à vedação terá que ser nova” .-----

---O Senhor Presidente acrescentou ainda que relativamente ao Campo da Penteada, verificou-se a necessidade de um ponto de

água potável bem como uma série de outros melhoramentos que facilmente poderão ser executados.-----

---Usando da palavra, e no que se refere às questões de habitação social, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu que de momento, existe um diferendo entre o Governo Regional e a Autarquia no que diz respeito aos pavilhões mencionados anteriormente, já que são propriedade camarária encontrando-se sob tutela do Governo Regional, não podendo a Câmara atuar enquanto os mesmos não lhe forem devolvidos. Quanto à questão dos prédios ilegais, disse: “Trata-se efetivamente de um problema e foi uma das razões para a criação do Programa PRESERVA, porque através deste programa, mesmo quando não se pode financiar porque o valor ultrapassa o limite de financiamento, será sempre fornecida ajuda para a legalização das casas, feito gratuitamente através do Gabinete Técnico das Zonas Altas, existindo uma coordenação com o Urbanismo no sentido de se legalizarem os prédios para depois serem intervencionados. Quanto aos Bairros Sociais, têm sofrido obras de requalificação profundas, como por exemplo no Bairro do Galeão”.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, existir um plano de trabalhos ao nível da Proteção Civil, focando, em primeiro lugar, a questão dos incêndios, referindo que a questão da prevenção é muito importante estando já no terreno um trabalho de envolvimento com a população ao nível de controlo social. “No âmbito deste projeto está a ser estudada a possibilidade

de dotar as populações com um mínimo de ferramentas que permitam um primeiro combate aos incêndios mas que estarão dependentes dos meios disponíveis. De uma forma global, estas questões estão também ligadas, muitas vezes, às construções ilegais, mas na maior parte das vezes, não existe a maleabilidade possível porque o PDM e a legislação existente limita a ação da Autarquia. Ao nível dos prédios que se situam em zonas de risco, terão que se encontrar outras soluções adequadas ao modo de vida que as pessoas tinham, pois não será aconselhado que voltem a reinvestir em zonas destas, pelo que a Câmara encontra-se a trabalhar num projeto de bolsas de terrenos que sejam compatíveis com as necessidades das pessoas afetadas e não só”, frisou.-----

---Iniciando a sua intervenção, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, começou por saudar e agradecer à Junta de Freguesia de São Roque congratulando o Executivo da mesma e restantes membros, pelo excelente trabalho que têm feito na proximidade junto da população, desde o primeiro momento que assumiram as suas funções, tendo apontado, a título de exemplo, a ocorrência dos incêndios, em que tiveram uma atuação que se pautou pela dedicação, coragem e discrição junto da população da freguesia, não existindo qualquer aproveitamento político dessa situação, mas pondo na primazia da sua ação a salvaguarda das pessoas e dos seus bens. “Quanto às preocupações manifestadas aqui, ao nível da legalização, da habitação social, do saneamento básico, da limpeza das escarpas, entre outras, são partilhadas

pelos Vereadores do PSD e serão devidamente acompanhadas”,
sublinhou.-----

---Continuando referiu-se à listagem de obras remetida ao Governo Regional, em que estariam incluídas as propostas da Junta e fora referido pelo Senhor Vereador Miguel Gouveia, que à luz da legislação atual, serão efetuadas em regime de cofinanciamento, questionando, a este propósito, se os cinquenta por cento (50%) que a Autarquia poderá ter que financiar constam do Orçamento para o próximo ano. Sobre a questão das ajudas na legalização, disse: “Temos conhecimento e compreendemos que a legislação é muito rígida, mas nós, como Autarcas teremos que repensar qual a melhor forma de ajudar as pessoas que podem manter as suas habitações nos mesmos locais, com exceção das que estão em zonas de risco, de forma a solucionar e ultrapassar estes seus problemas”.-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, fez a seguinte explicação: “Quando é colocada uma obra no Orçamento que não está definida são dotações, quando forem aprovadas, passarão a constar do Orçamento, dentro dos empréstimos contraídos. Para este tipo de intervenções, em que 50% é o mínimo, se o Governo considerar que o interesse resultante da obra é superior ao interesse local, também há interesse público, o financiamento poderá ir até aos 75%”.-----

---Ainda sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, alertou para a existência de uma alternativa, caso não

avancem os contratos-programa, para que as obras possam iniciar-se.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu que a questão de localização era um processo que não estava sendo agora elaborado, mas desde há muito tempo, através do Gabinete das Zonas Altas, com apoio nos projetos, mas que a maior parte dos impedimentos das legalizações estaria relacionado com a incapacidade de demonstração da legitimidade das propriedades.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, deu uma palavra de apreço ao Executivo da Junta referindo que as necessidades proferidas pelo Senhor Presidente da mesma são partilhadas pela CDU, principalmente no que diz respeito às acessibilidades e na legalização das habitações.-----

---Começou por enumerar um conjunto de preocupações, nomeadamente que, no Orçamento, e ao nível das acessibilidades, não estejam contemplados um conjunto de obras, embora já estivessem sinalizadas nem estará definido um valor e, conseqüentemente, a não realização das mesmas. Referiu que os problemas de relacionamento institucional entre a Autarquia e Governo Regional têm que ser sanados e para a celebração dos contratos-programa terá que existir disponibilidade de ambas as partes, caso contrário, quem sairá prejudicado são as populações. -

---Continuando, este mesmo Vereador, referiu: “Há volta destas preocupações que comungamos, vamos apresentar uma proposta

para um reforço de cinco milhões de euros, destinado a acessibilidades e com este reforço umas partes significativas das obras enunciadas seriam colmatadas. Ainda outra questão, relacionada com o Gabinete Técnico das Zonas Altas, que no nosso entendimento, tem estado muito aquém na intervenção estratégica da resolução de problemas de construção de génese ilegal, devendo o seu âmbito de atuação ser alargado, no sentido de identificar estes “pontos negros” e passar a ter um papel de maior intervenção e de planeamento mais estratégico nestas situações, através da dotação de mais meios e instrumentos e orientações na planificação para intervir neste âmbito. Existe um “colete-de-forças” que resulta da lei, mas o que resulta do PDM está nas mãos da Câmara, que poderia resolver, com a existência de cláusulas abertas, tendo em conta determinadas situações e por conseguinte, este novo PDM possui cláusulas neste sentido, que poderão facilitar estas legalizações. Por outro lado, a Região terá que produzir legislação específica e adaptada à Madeira e aqui há uma responsabilidade dos deputados à Assembleia Legislativa Regional e da iniciativa legislativa por parte do Governo. Por último, e relativamente ao reforço de meios para uma primeira intervenção por parte da população, estamos de acordo, mas somos de opinião que terá de haver uma ação educativa e formativa junto da mesma”.-----

---Por último, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, manifestou a sua solidariedade à população de São

Roque, que foi particularmente fustigada pelos incêndios, registando o extenso rol de anseios da Junta de Freguesia.-----

---Usando novamente da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, questionou caso não exista a celebração dos contratos-programa com o Governo Regional, se as obras realizar-se-ão ou não, ao que o Senhor Presidente da Câmara informou que as obras serão feitas e embora sejam muito onerosas, principalmente a da Cova, que implica a canalização do ribeiro e de toda a estrutura de betão necessária para as muralhas, poderá demorar mais tempo porque existem outros fatores, como por exemplo, a cedência dos terrenos e a celebração do contrato-programa ou não, reforçando, no entanto que a execução da obra irá efetuar-se, com início no próximo ano.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu que neste aspeto, houve uma opção clara e política do investimento, por parte do Governo Regional, em utilizar os fundos, após o vinte de fevereiro, para canalização de ribeiros, sendo que nas zonas altas, existem ainda alguns troços que não foram intervencionados, em detrimento de outros, reforçando o esforço que está a ser efetuado pela Câmara, com o seu Orçamento, para investir nas zonas altas e noutras zonas da Cidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO: - Iniciando este período, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, fez uma chamada de atenção para a falta de recolha de lixo orgânico e também de papel,

há cerca de duas e três semanas, respetivamente, na descida da Avenida da Madalena, nos prédios com números ímpares, tendo a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informado que mandaria averiguar a situação junto dos serviços respetivos.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Rui Anacleto, do PSD, lembrou a falta de alternativas rodoviárias para quem circula entre São Roque e o Monte, devido às obras que estão a decorrer bem como a interdição de circulação de autocarros no Caminho dos Tornos, situação que muito desagrada os moradores da zona.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, solicitou a intervenção urgente (reparação de buraco) na Estrada Dr. João Abel de Freitas, troço que atualmente está a ser utilizado como via descendente, devido ao encerramento da Rua 5 de Outubro, que poderá originar danos materiais nas viaturas que ali circulam.-----

-----Continuando, fez saber o desagrado de um munícipe que ao deslocar-se à Estação dos Viveiros a fim de depositar pilhas no local próprio para o efeito (pilhão), constatou que o mesmo se encontrava completamente cheio, inclusive com algumas pilhas com líquido a verter para o pavimento.-----

----- - Tomando a palavra a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu que relativamente aos moradores do Caminho dos Tornos, a Autarquia tem estado a trabalhar, no terreno, em consonância com o IHM, a convencer os moradores que terão de

sair, temporariamente, das suas moradias para que a obra de pré-consolidação da escarpa seja iniciada.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, interveio, referindo: “A Rua 5 de Outubro deverá reabrir na próxima semana sendo aproveitado a ocasião para efetuar repavimentação onde for necessário. Relativamente à Estrada Comandante Camacho de Freitas, deverá reabrir no final da próxima semana, sendo que o Caminho dos Tornos é uma situação mais complexa, apresentando um risco maior e devidamente comprovado por um técnico do LREC que desaconselhou o avanço para uma segunda fase da empreitada assim como para o encerramento da estrada. Neste caso, terá que ser candidatado um projeto, processo este que poderá prolongar-se até ao primeiro semestre do próximo ano.”-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador da Mudança, Domingos Rodrigues, acrescentou que era preferível encerrar a estrada, embora cause transtornos a correr riscos desnecessários.-----

----- - Ainda sobre esta situação, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou se os realojamentos efetuados têm sido da responsabilidade da Autarquia, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, respondeu que não. “Os realojamentos têm sido da responsabilidade da Segurança Social em articulação também com o IHM, e, neste momento, os moradores do Caminho dos Tornos estão a ser informados que serão realojados temporariamente no Caniço, visto não existirem mais possibilidades no Funchal”, sublinhou.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, questionou acerca do apoio do Gabinete Técnico das Zonas Altas aos munícipes, nomeadamente na elaboração dos projetos de especialidade, principalmente de eletricidade. Alertou para o facto de ter conhecimento que um munícipe ao deslocar-se ao local fora informado que não o poderiam apoiar nessa matéria.-----

----- - Respondendo o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que o Gabinete das Zonas Altas presta apoio a todos os munícipes na elaboração de projetos, desde que tenham técnicos da área, não sendo o caso dos projetos de eletricidade porque não dispõem desses meios.-----

-----Por último, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, questionou se havia alguma avaria na iluminação pública na zona do edifício camarário, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que a situação deveria estar relacionada com as células fotoelétricas ou o relógio temporizador mas que mandaria averiguar.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS:-----

----- - **Critérios de atribuição das verbas constantes da conta “Funchal Solidário – Incêndio de agosto de 2016”**: - Presente e aprovada, por unanimidade, a deliberação que se transcreve, subscrita pela Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança:--

---“Considerando que; - na sequência dos últimos acontecimentos dos incêndios no Município do Funchal, diversas entidades (particulares e empresas) manifestaram disponibilidade de contribuir com donativos a favor deste município com o intuito de os aplicar no auxílio às populações afetadas; - por deliberação desta Câmara, a 18 de agosto passado, foi julgado conveniente a abertura de uma conta específica para recolher os donativos, designada por “Funchal Solidário – Incêndio de agosto de 2016”; - o Gabinete de Apoio à Reconstrução do Funchal (GARF) terminou o mapeamento das famílias afetadas pelo incêndio do passado mês de agosto; - em reunião de Câmara de 13 de setembro de 2016, foi assumido o compromisso que os critérios para a utilização das verbas depositadas na conta “Funchal Solidário – Incêndio de agosto de 2016” seriam aprovadas por deliberação; - urge proceder à entrega dos fundos recolhidos às famílias afetadas pelos incêndios de forma a que estas possam, tanto quanto possível, prover às suas necessidades. A Câmara Municipal do Funchal, no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos domínios da ação social e habitação, plasmadas no artigo 23º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo da competência que lhe advém do estatuído na alínea u), do nº 1 do artigo 33º, deste diploma legal, delibera aprovar os seguintes critérios de atribuição das verbas constantes da conta “Funchal Solidário – Incêndio de agosto de 2016”: 1. O apoio decorrente da conta “Funchal Solidário –

Incêndio de agosto de 2016”, destina-se a ser aplicado na compra de bens para equipamento de casa ou de uso pessoal dos membros do agregado familiar. 2. São considerados como passíveis de apoios os agregados familiares que cumulativamente: a. Sejam residentes no Município do Funchal; b. Estejam referenciados na listagem elaborada pela Câmara Municipal do Funchal e/ou Investimentos Habitacionais da Madeira; c. Não possuam seguro do recheio da habitação danificada pelos incêndios. 3. Para receber o apoio é necessário a apresentação dos seguintes documentos: a) Declaração e nota de liquidação do último IRS ou prova de rendimentos do último ano; b) Declaração da Junta de Freguesia da residência com a identificação do agregado familiar. 4. Os apoios são atribuídos de acordo com o quadro em anexo”.

2 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017: -

O Senhor Vereador Miguel Gouveia, com o Pelouro das Finanças, procedeu à apresentação dos documentos acima referenciados.

-----A proposta de Orçamento para o ano de dois mil e dezassete totaliza o valor de € 97.077.000,00 (noventa e sete milhões e setenta e sete mil euros), repartido por receitas correntes € 79.694.662 (setenta e nove milhões seiscentos e noventa e quatro mil seiscentos e sessenta e dois euros) e receitas de capital € 17.382.338,00 (dezassete milhões trezentos e oitenta e dois mil trezentos e trinta e oito euros), despesas correntes € 67.637.272,00 (sessenta e sete milhões seiscentos e trinta e sete mil duzentos e setenta e dois euros) e despesas de capital € 29.439.728,00 (vinte e

nove milhões quatrocentos e trinta e nove mil setecentos e vinte e oito euros.-----

-----Em seguida, o Senhor Presidente colocou à votação a **Proposta de Orçamento para dois mil e dezassete**, tendo sido deliberado, por maioria, com votos a favor da Mudança e abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, aprovar e submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três e alínea a) do número um do artigo vinte cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no número um do artigo quarenta e cinco da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. (Os referidos documentos ficam, por fotocópia, arquivados em pasta própria).----

----- - **Grandes Opções do Plano para 2017:** - O Senhor Vereador com o Pelouro das Finanças, Miguel Gouveia, apresentou e fundamentou o documento em epígrafe:-----

----- - Colocado à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Mudança e abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, aprovar as **Grandes Opções do Plano para dois mil e dezassete**, no valor de € 19.391.508,00 (dezanove milhões trezentos e noventa e um mil quinhentos e oito euros), aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três e alínea a) do número um do artigo vinte cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze

de setembro e do disposto no número um do artigo quarenta e cinco da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. (O documento fica, por fotocópia, arquivado em pasta própria).-----

---Usando da palavra, a Senhor Vereadora Vanda de Jesus, do PSD referiu: “Embora os documentos sejam claros vamos remeter uma posição final para a Assembleia Municipal. Queremos, no entanto, deixar algumas questões, nomeadamente, o facto de já nos anos transatos termos manifestado a nossa opinião em que não deveria constar a inscrição do IRS, até porque não existe certeza na sua concretização. No que concerne às transferências correntes, verifica-se um aumento e, como tal, deveria ter sido considerado um aumento nas transferências para as Juntas de Freguesia, tendo em conta as suas competências mais próximas da população. Consideramos que cada vez mais é preciso valorizarmos o papel das freguesias porque são elas as que estão mais próximas das populações e por isso é necessário dar-lhes mais recursos para fazer face às necessidades que surgem diariamente. É lamentável não haver um destaque sobre a importância das Juntas de Freguesia, do seu papel, e da forma como deve ser articulado o trabalho entre a Câmara e as mesmas. Existem setores, cujo investimento poderia ser mais claro e concreto, como o caso, por exemplo, da atribuição do Fundo de Turismo, cujo texto que lá está não é nada esclarecedor. Quanto ao Programa Madeira 14/20 e referindo o facto de as candidaturas estarem encerradas, conforme

já foi dito no princípio pelo Senhor Vereador Artur Andrade, achamos que esta situação advém do facto dos regulamentos comunitários serem cada vez mais exigentes e já desde o anterior quadro comunitário pensou-se em criar períodos de candidaturas para o sector público que não aconteceu ao contrário do sector privado sendo que ao nível do Continente a maioria dos programas comunitários são abertos por períodos específicos com o objetivo de tentar gerir e analisar melhor as candidaturas para que o arranque dos projetos seja feito de forma mais célere. Lembro também que desde dois mil e catorze, alertamos para a beneficiação dos espaços exteriores da Escola Básica da Pena que parece não estar novamente contemplado, aliás o Senhor Presidente disse que daria orientações no sentido de ser iniciado a elaboração do projeto bem como a sua orçamentação tendo em vista o ano de dois mil e quinze, tendo voltado a lembrar em outubro do referido ano de dois mil e catorze e em outubro de dois mil e quinze e até agora nada se vislumbra. Por último, quanto às verbas atribuídas ao Conselho Municipal da Juventude e da Igualdade, à semelhança do apoio às Juntas, deveria existir um texto relevando à sua importância e o facto de existir uma verba para as suas atividades”.-----
---Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu que a sua posição iria ser de abstenção, remetendo uma posição final para a Assembleia Municipal, mas levantou algumas preocupações, nomeadamente ao nível das Juntas de Freguesia em que deveria haver maior valorização deste aspeto,

quer da referência quer orçamental. Quanto ao Programa Madeira 14/20, disse não comungar da opinião do PSD, no que respeita ao encerramento das candidaturas de forma inopinada, sem prazo prévio, não sendo politicamente correto.-----

---Continuando, fez referência ao facto deste Orçamento valorizar o investimento nas áreas sociais, habitação e outras relevantes, referindo, no entanto, um conjunto de intervenções que a Autarquia deveria fazer, de reforço ao nível de acessibilidades, e, neste sentido, referiu: “Porque o Orçamento é claro, há capacidade de endividamento por parte da Câmara, disponibilidade do sector bancário e necessidade de fazer investimento público para dinamizar a economia e criar postos de trabalho, por conseguinte há um conjunto de fatores positivos para que a Câmara Municipal, utilizando a capacidade que tem para endividamento possa reforçar o investimento em várias áreas e neste sentido apresentamos uma proposta que deverá ser considerada até à realização da sessão da Assembleia Municipal, onde se prevê que à volta de cinco milhões de euros sejam utilizados num conjunto de investimentos que cobrem não só a proposta inicial para acessibilidades prioritárias como algumas novas que têm sido colocadas nas reuniões pelas Juntas de Freguesia, algumas previstas no Orçamento com valores não definidos. Trata-se de uma listagem com um conjunto de obras a efetuar cujo financiamento não está disponível e seria positivo incluir o arranque de algumas. O Orçamento pode sofrer alterações até à

sua discussão final e ser alvo de propostas na Sessão da Assembleia Municipal. Por outro lado, existem outras questões de valores que poderão ser alvo de propostas da CDU, nomeadamente no que se refere ao âmbito do Gabinete Técnico das Zonas Altas, ao nível da identificação do trabalho e do tratamento das questões relacionadas com a requalificação das zonas de génese ilegal ou então esse tratamento por outras vias ou por outros serviços da Autarquia”.-----

---Sobre estes assuntos, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, referiu que o Orçamento e Plano de Investimentos tem virtudes e defeitos destacando o facto positivo de a taxa geral de IMI ter sido reduzida para o mínimo e de, por proposta do CDS/PP, ir ser aplicada em dois mil e dezassete o IMI Familiar. De negativo, salientou o facto de não ter sido possível devolver mais receita do IRS aos funchalenses. Registou ainda que, finalmente, no último ano de mandato, a Câmara vai retirar o amianto das habitações dos Bairros Municipais, apostando também numa melhoria dos acessos às zonas altas. Disse ainda que a posição final do CDS/PP, sobre os dois documentos, ficaria reservada para a Assembleia Municipal.-----

-----Nesta altura, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação dos restantes processos.-----

-----**2.1 - Mapa de Pessoal para o ano de 2017**: - Foi colocada à discussão a proposta de Mapa de Pessoal, que abaixo se

transcreve, subscrita pela Senhora Vereador Madalena Nunes, da
Mudança:-----

---“Considerando que: - O Mapa de Pessoal constitui um importante instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos, regulado pelo artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; - A proposta anual do Mapa de Pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver pelos serviços municipais e os recursos financeiros disponíveis, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município do Funchal carece para a prossecução das suas atribuições; - A proposta de Mapa de Pessoal contém 2.038 postos de trabalho, dos quais atualmente 1.570 se encontram ocupados por trabalhadores e dirigentes em exercício efetivo de funções na Câmara Municipal do Funchal e 79 estão afetos a trabalhadores vinculados ao Município, mas que se encontram a exercer funções dirigentes em regime de comissão de serviço, em mobilidade interna noutras entidades ou em cedência de interesse público nas empresas municipais; - A proposta de Mapa de Pessoal também prevê 389 postos de trabalho vagos, alguns dos quais poderão ser ocupados no próximo ano por trabalhadores já detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, valorizando e adequando as suas competências às exigências funcionais dos novos postos de trabalho, ou por recurso a eventuais recrutamentos externos nas carreiras mais carenciadas e onde se

verificaram as saídas mais significativas de trabalhadores nos últimos anos, designadamente bombeiros e assistentes operacionais nas áreas do ambiente, jardins, obras públicas, águas e saneamento; - Os postos de trabalho, segundo a tipologia de cargos ou carreiras e áreas de atividades, encontram-se distribuídos na seguinte forma: **Cargo ou carreira**: Dirigente - ***Número de postos de trabalho previstos para 2017 = 38 - Percentagem de trabalhadores: 1,9%***; ***Número de postos de trabalhos previstos para 2016 = 40***; **Cargo ou carreira**: Técnico Superior - ***Número de postos de trabalho previstos para 2017 = 248 - Percentagem de trabalhadores: 12,2%***; ***Número de postos de trabalho previstos para 2016 = 222***; **Cargo ou carreira**: Assistente Técnico - ***Número de postos de trabalho previstos para 2017 = 293 - Percentagem de trabalhadores: 14,4%***; ***Número de postos de trabalho previstos para 2016 = 293***; **Cargo ou carreira**: Assistente Operacional - ***Número de postos de trabalho previstos para 2017 = 1.053 - Percentagem de trabalhadores: 51,7%***; ***Número de postos de trabalho previstos para 2016 = 1.053***; **Cargo ou carreira**: Carreiras Subsistentes - ***Número de postos de trabalho previstos para 2017 = 21 - Percentagem de trabalhadores: 1,0%***; ***Número de postos de trabalhos previstos para 2016 = 21***; **Cargo ou carreira**: Carreiras não revistas - ***Número de postos de trabalho previstos para 2017 = 367 - Percentagem de trabalhadores: 18,0%***; ***Número de postos de trabalho previstos para 2016 = 192***; **Cargo ou carreira**:

Trabalhadores dos parques de estacionamento – **Número de postos de trabalho previstos para 2017** = 18; - Percentagem de trabalhadores: 0,9%; **Número de postos de trabalho previstos para 2016** = (-) - Total = **Número de postos de trabalho previstos para 2017**: 2.038; Percentagem de trabalhadores: 100%; **Número de postos de trabalho previstos para 2016** = 1.821; Áreas de Atividade: Atividades Técnicas - **número de postos de trabalho** = 370 – Percentagem de trabalhadores: 18,2%; Áreas de Atividade: Atividades Administrativas - **número de postos de trabalho** = 246; Percentagem de trabalhadores: 12,1%; Áreas de Atividade: Atividades Operacionais - **número de postos de trabalho** = 1.077; Percentagem de trabalhadores: 52,8%; Áreas de Atividade: Atividades de Proteção Civil - **número de postos de trabalho** = 307; Percentagem de trabalhadores: 15,1%; Áreas de Atividade: Dirigentes - **número de postos de trabalho** = 38; Percentagem de trabalhadores: 1,9% - Total: = **número de postos de trabalho** = 2.038; Percentagem de trabalhadores: 100%.
Propõe-se que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal do Funchal a aprovação, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Regime, conjugado com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do

Mapa de Pessoal para o ano de 2017, em anexo”.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de deliberação acima descrita, bem como o **Mapa de Pessoal** que se junta, por fotocópia, à presente ata como anexo (A), dela fazendo parte integrante.-----

---Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou se estavam previstas vagas para os funcionários cujas habilitações literárias se alteraram, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, respondeu afirmativamente.-----

3 - DIREITO DE EXPLORAÇÃO:-----

----- - **Atribuição do Direito de Exploração de Espaços no Parque de Santa Catarina - Abertura de Procedimento:** -

Acompanhada do respetivo processo, foi presente a deliberação que abaixo se transcreve:-----

---“Considerando que: A Câmara Municipal do Funchal é proprietária de um espaço situado no Parque de Santa Catarina, que na presente data encontra-se devoluto. Tendo em vista a rentabilização do espaço e ao mesmo tempo a criação de mais um serviço, contribuindo assim para a dinamização desta zona da cidade, nomeadamente ao nível da dinamização da cultura e educação ambiental, a Câmara delibera: I – Abrir concurso público para a “Atribuição do Direito de Exploração do Bar e Esplanada no Parque de Santa Catarina”. II - Aprovar o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos do concurso público. II –

Nomear como júri do procedimento: *Efetivos*: - Leonel Mendonça, presidente; - António Neto, vice-presidente, que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos; - Sandra Câncio. *Suplentes*: - Francisco Sousa; - Sérgio Figueira. III - Delegar no júri a competência para prestar os esclarecimentos e efetuar a audiência prévia no âmbito deste procedimento”.

--- - Após apreciação, foi aprovada por unanimidade.

---O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, não participou na discussão e votação dos processos que se seguem (Processos disciplinares).

4 - PESSOAL:

-----**4.1 - Processos Disciplinares:** - Perante o processo disciplinar (nº 18/2016), instaurado ao funcionário (nº 4639), Assistente Técnico (Assistente Administrativo), a exercer funções na Divisão de Mobilidade e Trânsito, por falta de prossecução do interesse público, isenção, imparcialidade e informação, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de noventa (90) dias de suspensão efetiva, nos termos e com os fundamentos do relatório final.

----- - Em face do processo disciplinar (nº 19/2016), instaurado ao funcionário (nº 5779), Assistente Operacional, a exercer funções na Divisão de Cultura e Turismo (Gabinete de Arqueologia e Restauro), a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, mediante escrutínio secreto, arquivar, nos termos e com os fundamentos do relatório final.

---Pelas treze horas e trinta minutos foi encerrada a reunião nas instalações do Clube Desportivo de São Roque, tendo continuidade pelas dezassete horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO: - Pelas dezassete horas e trinta minutos, iniciou-se na Sala da Assembleia Municipal, o período de intervenção ao público. Intervieram os munícipes abaixo identificados, inscritos previamente na Divisão de Atendimento e Informação, colocando as suas questões:-----

--- - Ernesto Fernandes Pimenta – pedido de alargamento da entrada número duzentos e trinta e seis, sita ao Caminho da barreira, freguesia de Santo António (procº 28864/2016);-----

---Sobre este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu que solicitara aos serviços uma análise detalhada das várias possibilidades e uma vez que existe alguns entraves a esta obra, referindo não existir qualquer projeto, tendo ficado combinado uma ida ao local para estudar as alternativas.-----

--- - Paulo Andrade Teixeira Trindade – exposição/reclamação contra os moradores do rés-do-chão do edifício onde reside (procº 1568/2016 (SocioHabitaFunchal);-----

---A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu que todos os moradores, neste momento, estão sendo notificados no sentido de informarem que, quaisquer obras a realizar deverão ser previamente autorizadas pela empresa SocioHabitaFunchal. Disse ainda que os serviços propuseram também a mudança para outro

apartamento, quando houvesse disponibilidade, mas que fora recusada.-----

--- - Odília Vieira Mendonça Velosa - Fotocópia da reclamação efetuada, referente a viatura abandonada no Impasse número um da Rua Nova da Piedade, freguesia do Monte (proc° 42368/2016);--

---Sobre este assunto, o Senhor Presidente informou que a reclamação fora recebida pela PSP e, relativamente ao ofício remetido pelos serviços, a munícipe deveria ter respondido que solicitara cópia da reclamação na qualidade de proprietária da viatura, fazendo prova de tal. Relativamente ao facto de ter procedido da maneira que o fez deveria ter alertado a Autarquia para a necessidade de limpeza dos terrenos adjacentes pelo que seriam notificados os seus proprietários. Em relação à asfaltagem do Impasse número um da Rua Nova da Piedade disse que será solicitado aos serviços.-----

--- - José Miguel Rodrigues – reclamação contra obras na Travessa da Pena, freguesia de Santra Luzia (proc° 42928/2016);-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que fora solicitado a apresentação de um estudo geológico e que após entrega do mesmo o processo seguirá os trâmites normais, tendo o Senhor Presidente acrescentado ainda que será efetuada nova visita ao local.-----

--- - Jorge Paulo Castro Silva – exposição relacionada com o estaleiro de máquinas, entre moradias unifamiliares, no Caminho do Engenho Velho, Edifício Quinta do Amparo, frente à Antiga

“Madibel” (proc° 40997/2016);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que a empresa será novamente notificada, num processo de contraordenação, relativamente ao muro e à vedação e que o munícipe será informado do desenrolar do processo.-----

--- - Rosa Dina Faria Pinto – pedido de colocação de placa de estacionamento para deficientes no Caminho do Areeiro, (Travessa dos Pereiras), freguesia de São Martinho (proc° 28272/2016);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu ter conhecimento da situação e que a Câmara vai apoiar no que necessário for.-----

--- - Zita Fernandes da Silva – exposição sobre foco de insalubridade (mandado de notificação 10659/2015) (proc° 27529/2014);-----

---Intervindo o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu: “Fui informado pelos serviços camarários que o munícipe/vizinho já colocou a caleira tendo o processo sido submetido, pelo Departamento Jurídico, ao Ministério Público por crime de desobediência. De momento, não existem mais instrumentos para que a Câmara possa atuar, devendo a munícipe aguardar a decisão do Ministério Público”.-----

--- - Maria José Souto de Freitas da Silva – reclamação sobre o estacionamento e oficina ilegal no Caminho do Engenho Velho, número nove, freguesia de São Martinho (proc.° 13600/2016). (Não compareceu);-----

--- - José Raul Catanho da Silva – assunto relacionado com a demolição de um armazém agrícola sito ao Caminho do Lombo, número quarenta e oito, freguesia do Monte (procº 11616/2016);---

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que em primeiro lugar a Autarquia estava a resolver a questão da família que se encontra a viver neste armazém por ter sido afetada pelos incêndios, pelo que após a resolução desta questão o processo seguirá os seus trâmites.-----

--- - Carlos Alberto Fernandes Carreira – exposição sobre o acidente de trabalho sofrido e pedido de mobilidade interna (procºs 10779 e 7926/2016);-----

---Relativamente a estes assuntos, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informou que, após análise do serviço competente, não poderá ser considerado acidente de serviço porque os dados fornecidos assim como a documentação entregue são incongruentes. No que se refere ao pedido de mobilidade para o “Contact Center” os serviços informaram que necessitam de assistentes técnicos e não operacionais.-----

--- - Carlos Alberto Fernandes Carreira – reclamação sobre barulho proveniente do estabelecimento “Aromas Caseiros” no Caminho do Amparo (subº procº 2008000312);-----

---Sobre esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que a empresa será, de novo, notificada, sobre o ruído e será feita nova deslocação às duas padarias pelos serviços de fiscalização.-----

--- - José Ramos de Freitas – exposição sobre a existência de detritos provenientes de esgotos a céu aberto na Ribeira de Santo António (procº 45843/2016).-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse ter existido um projeto do Governo Regional, para construção de uma estrada e conseqüente canalização do ribeiro, que implicaria também a ligação de saneamento básico, no entanto a obra da construção da estrada não avançou. Referiu ainda que vai solicitar aos serviços competentes o estudo de uma solução de forma a resolver esta questão.-----

---Após se inteirar dos assuntos acima descritos e prestado esclarecimentos, a Câmara encaminhou para os diversos serviços as situações que necessitavam informação.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 351/2016,publicada nos locais de estilo.